

Perguntas e Respostas De Esclarecimento
Vigésimo Sexto Competição do Sistema Interamericano de Direitos Humanos
Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
2021

1. Com relação ao disposto nos parágrafos 16 e 17 sobre a pandemia suína, Como tem evoluído a quantidade de mortos e infectados na República Federal de Vadaluz desde a declaração de pandemia por parte da OMS até a atualidade, em relação com os demais países do continente?

Os casos têm aumentado exponencialmente, porém a percentagem equivalente aos demais países da região. A taxa de mortalidade não tem sido tão elevada como se acreditava originalmente que poderia ser. Todavia, ao momento da publicação do Decreto, não havia dados certos nem demonstrados em Vadaluz nem em outros países da região.

2. Quantos recursos e demandas judiciais foram impetradas pela via digital do Poder Judiciário durante a mesma semana em que a advogada Claudia Kelsen interpôs o *habeas corpûs*

decisões legislativas face à pandemia. De fato, na sua decisão, a Corte Suprema exortou o Congresso a retomar as atividades.

A Corte Suprema Federal analisou o Decreto em questão à luz da Constituição de Vadaluz e do artigo 27.2 da Convenção Americana, e determinou que, ainda tivesse sido declarado o estado de exceção, formalmente não suspendeu nenhuma garantia daquelas não suscetíveis de ser suspendidas. Por outro lado, o Decreto restringiu, *sem* mesmo que sem anúncio formalmente direitos que, em princípio, admitem restrições, como o direito de reunião e a liberdade de expressão.

6. Como estão regulamentadas as detenções administrativas no ordenamento interno de Vadaluz e que faculdades têm as autoridades encarregadas de sua aplicação?
O ordenamento interno admite as detenções administrativas por infrações previstas nas normas municipais e leis nacionais. Se existe uma autorização expressa, a Polícia pode deter uma pessoa em flagrante e apresentá-la perante o delegado, para que lhe seja imposta a pena de detenção administrativa por breve prazo. O Estado faz parte da Convenção Americana.
7. O que determina a legislação de Vadaluz com relação à competência, recursos e procedimento para conhecer e resolver as ações *habeas corpus*?
Todas e todos os juízes de primeira instância têm competência para conhecer e resolver *habeas corpus*, com exceção das varas judiciais de família, com competência para conhecer apenas denúncias por violência de gênero.
8. Uma vez resolvidos, os *habeas corpus* podem ser impugnados mediante apelação perante os tribunais superiores e, extraordinariamente, podem ser revistos pela Corte Suprema Federal, se for verificado um erro manifesto de direito ou um erro grave na valorização de provas.
O que determina a normativa de Vadaluz com relação a procedimentos, requisitos e direitos limitáveis para a declaração de um estado de exceção?
Os procedimentos e requisitos foram descritos nos fatos do caso. O Estado faz parte da Convenção Americana.
9. Qual o fundamento da Corte Suprema Federal à negativa da ação de

14. De conformidade com o fato 28 do caso, quais são as políticas implementadas pelo Estado para eliminar a brecha digital existente no país; pontualmente para melhorar o acesso à interposição virtual de recursos?
Paulatinamente, o Poder Judiciário tem ido adotando medidas efetivas para melhorar a interposição e o trâmite virtual de recursos.
15. De acordo com o fato 32 do caso, até o dia de hoje já foi realizado o controle ao Decreto 75/20 por parte do Congresso?
Não, ainda não. O Congresso encontra-se atualmente discutindo se as sessões virtuais têm validade.
- 16.

21. Existe em Vadaluz um mecanismo efetivo e ágil, equiparável à ação de amparo ou à ação de tutela, para a proteção de direitos humanos em casos particulares?
O habeas corpus
22. Enquanto viger o estado de exceção declarado pelo Poder Executivo, este pode extraordinariamente determinar delitos administrativos e penais?
Formalmente, o Poder Executivo não pode adotar tipos penais conforme o seu Direito interno, pode sim aplicar as sanciones administrativas previstas no ordenamento jurídico. O Estado faz parte da Convenção Americana.
23. Durante o trâmite da petição individual junto à CIDH, o Estado exerceu o seu direito de defesa participando dos debates que levaram ao relatório de admissibilidade e de mérito?
Sim.
24. Quais são os recursos judiciais e seus respectivos procedimentos, previstos no ordenamento jurídico de Vadaluz, a que se refere o artigo 3 do Decreto Executivo 75/2020?
Para proteger a liberdade pessoal, o recurso interno judicial disponível é o habeas corpus para questionar a legalidade do ato administrativo, o recurso ordinário é o contencioso-administrativo; e para questionar uma norma em abstrato, o recurso disponível é a ação de inconstitucionalidade contra normas de classificação legal contidas em leis ou decretos. O Decreto 75/20 tem classificação legal no ordenamento jurídico interno.
25. Como está organizado o poder judiciário no estado de Vadaluz, especificamente em termos da hierarquia dos seus tribunais?
Juizados de primeira instância.

28. O Estado de Vadaluz ratificou instrumentos internacionais do Sistema Universal de Direitos Humanos?
Sim.

29. O Estado de Vadaluz interpôs alguma exceção preliminar perante o SIDH? Em caso

41. Foram realizados novos descobrimentos sobre as características e a propagação do vírus? Sendo assim, tem adaptado o Estado as medidas de resposta à pandemia? Qual foi o impacto das medidas estatais no número de pessoas infectadas? Como reagiu a população diante destas medidas tomadas pelo estado? No momento de publicar o Decreto 75/20 e da detenção de Pedro, descreva as consequências para a saúde e a vida humana.

42. Tendo em vista as disposições do artigo 3 do Decreto presidencial 75/20, em que é posto como cabível a utilização de todos os recursos judiciais previstos na jurisdição interna do Estado de Vadaluz, pergunta-se: como funciona o sistema recursal do ordenamento jurídico interno e -dps no(l)-1.9 -18.-c -d2(o)-1()e3(is)-4(p)0.9(r)3(e)-2(vit(pu

46. De acordo com o parágrafo 7 do caso; quais requisitos e limites se estabeleceram para decretar o estado de exceção no Estado de Vadaluz, após a expedição da Constituição do ano 2000?

Os estabelecidos nos fatos do caso. Deve considerar a nova constituição incorporou na classificação constitucional a Convenção Americana. Adicionalmente, que o Congresso continua discutindo a validade das sessões virtuais.

47.A Corte Suprema Federal do Estado de Vadaluz, realizou o controle de

62. O Conselho Superior para a Administração de Justiça pertence al Poder Judiciário? é jurisdicional ou administrativo?

Sim, o Conselho Superior para a Administração de Justiça é a entidade pública independente encarregada do governo e administração do Poder Judiciário e está adscrito a este.

63. O Congresso e o Poder Judiciário retomaram as suas atividades após o fechamento de 2021?

Avaliaram os congressistas o Decreto 75/20?

Até o presente, o Congresso continua discutindo sobre a validade das sessões virtuais.

64. Qual o motivo da delegacia ter liberado o contato com a Advogada Claudia Kelsen somente após 24 horas da detenção de Pedro, tendo em vista que ela e a família de Pedro atenderam na delegacia no dia anterior, quando foram notificados da detenção.

Trata-se de procedimento padrão?

Claudia Kelsen apenas pôde ver Pedro 15 minutos antes de ser apresentado ante a delegacia delegacia No. 3.

65. Quais foram os elementos do caso específico que justificaram a decisão da Corte de não outorgar medidas de emergência, como a medida provisional e a medida cautelar?

O argumento central foi que o sistema interamericano não protege per se à liberdade pessoal diante de detenções arbitrárias.

Com respeito à solicitação de medida cautelar, que não são cumpridos os requisitos regulamentares e com os critérios desenvolvidos pela CIDH.

Em relação à solicitação da medida provisional, que não se cumpre com os requisitos da Convenção Americana e com os critérios desenvolvidos pela Corte Interamericana.

66. De acordo com o parágrafo 7 dos fatos do caso, o Poder Executivo pode declarar Estados de Exceção, podendo esta declaração ser aprovada ou desaprovada dentro dos 8 dias seguintes pelo Congresso, pelo que quais seriam os efeitos desta aprovação ou desaprovação: é vinculante ou existe algum recurso contra a desaprovação? E, em caso de ser aprovada, encontram-se estipulados limites constitucionais aos Estados de Exceção enquanto a sua temporalidade?

Não há uma consequência legal prevista diante da falta de pronunciamento do Congresso. A situação é inédita. Até a presente, o Congresso continua discutindo sobre a validade das sessões virtuais.

67. No parágrafo 8 dos fatos do caso, faz-se referência a que “-a ia aN ta atrdJ 0.001 Tc 198.34 -”

68. Em virtude dos parágrafos 31 e 32 dos fatos do caso, tanto ~~habeas corpus~~ como a medida cautelar interposta pela advogada ~~Quidia~~ Kelsen foram desestimados por quanto Pedro tinha sido liberado. O efeito processual de um recurso ~~habeas corpus~~ uma medida cautelar no Estado de Vadaluz seria o mesmo ainda no pressuposto de que a advogada Kelsen tivesse podido interpor ~~habeas corpus~~ em 5 de março por meio da página web do Poder Judiciário se esta não tivesse caído?
Não se sabe.